



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 22 2 DE JULHO DE 2021.

3 Ao vigésimo segundo (22º) dia do mês de julho de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e vinte minutos (8h20),
4 iniciou-se a décima terceira (13ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca. Devido
5 a situação de emergência em saúde pública da COVID-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma de
6 videoconferência do Google Meet, conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo
7 presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores
8 da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião vinte (20) conselheiros(as),
9 sendo treze (13) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:**
10 Ketelin – Ricardo Berbel Martins, Rosemar da Silva, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria Assunção Cintra,
11 Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Luzia Regina Alves, Maria
12 Aparecida Moraes Oliveira, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos e Andréa Fernanda de Faria
13 e Sousa. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Éder Furtado Ribeiro. **Conselheiros Suplentes:** Geraldine
14 Garcia Fuga Menezes, Josiane Aparecida Antunes Campos, Claudia Maria Fragoço Cerqueira, Wagner José de
15 Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Irene da Conceição Silva, Iara Flávia Afonso Guimarães. A reunião contou com a
16 participação de diversos convidados da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a
17 seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quórum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros
18 ausentes. 2. Deliberação sobre a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CMAS (08.07). 3. Aprovação da pauta. 4.
19 Assuntos – 4.1 – Apresentação do Relatório de Gestão – 1º Semestre 2021; 4.2 – Informes da Comissão da
20 conferência e Apresentação/ deliberação sobre a Minuta de Regimento Interno da XII Conferência de Assistência
21 Social; 4.3 – Devolutiva da Comissão de Orçamento sobre o PPA e reunião com equipe da Secretaria de Finanças;
22 4.4– Constituição de Comissão Eleitoral – Pleito eleitoral 2021 – 1/3 do colegiado; 4.5 – Informação sobre a
23 aprovação da Lei e constituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Franca. 5.
24 Informes – 5.1 – Portaria 210/2021 – nomeação de conselheiros em substituição 5.2 – Recebimento de documento
25 do Ministério Público - “Recomendação Administrativa – vacina trabalhadores do SUAS”- ciência do colegiado;
26 5.3 – Recebimento de documento “instrumento de Luta Coletiva”; 5.4 – Protocolo de Ofícios Conjuntos 01 e
27 02.2021 (CMAS-CMS-CMPCD-COMUPI). O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os(as)
28 conselheiros(as) e convidados(as) presentes e passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia Faciroli
29 Vergara, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum e a presença de treze (13)
30 conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de ausência
31 dos(as) seguintes conselheiros (as): Rosemary Aparecida de Oliveira, Carlos Eduardo dos Santos, Loren Lorrany
32 Duarte, Jussara Barreto, Gisleide Branquinho Ramos e Leandro Ferreira. Maria Amélia confirmou também o quórum
33 necessário de leitura antecipada da ata da 12ª Reunião Ordinária do exercício de 2021, que foi aprovada com
34 pequenas alterações na redação. Logo após, a segunda secretária, Yheda, fez a leitura da pauta, que foi aprovada com
35 a inserção do item 4.5 e assim seguiu-se para a discussão do item **4.1 – Apresentação do Relatório de Gestão – 1º**
36 **Semestre 2021;** Óiter iniciou o assunto, explicando que se trata de uma pauta para ciência do colegiado e passou a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 palavra para a representante da gestão, Jandira, que realizou a apresentação do relatório descritivo das ações da gestão
38 referente ao primeiro semestre de 2021. O referido relatório foi encaminhado para o email dos(as) conselheiros(as) e
39 ficará à disposição do colegiado, na Secretaria Executiva do CMAS. Após finalizado, sem haver discussões, passou-se
40 para o item **4.2 – Informes da Comissão da conferência e Apresentação/deliberação sobre a Minuta de Regimento**
41 **Interno da XII Conferência de Assistência Social;** Maria Amélia informou que neste momento do Processo
42 Conferencial, os serviços e as unidades estatais estão organizando as Pré-conferências com os usuários e o Forttsuas,
43 a Pré-conferência de trabalhadores. Relatou também que serão realizadas reuniões com a equipe de informática da
44 Prefeitura, a fim de garantir que as plenárias de deliberação (18 e 19 de agosto) ocorram sem maiores imprevistos. Até
45 o dia 04 de agosto as unidades/serviços devem encaminhar os relatórios das Pré-conferências, para que a comissão
46 organizadora execute o trabalho de compilação das propostas e organize o documento para discussão nas sessões
47 plenárias da conferência. A Minuta de Regimento Interno foi apresentada ao colegiado, já com sugestões
48 encaminhadas por duas conselheiras, pelo email, ficando estipulado o prazo até 28 de julho, caso os conselheiros
49 tenham outras propostas. Após questionamento, Maria Amélia informou que o processo de votação na conferência
50 ocorrerá, conforme previsto no regimento, através de enquetes nas plataformas de reuniões online, que são realizadas
51 de forma anônima e têm contagem de votos automática. Disse que com o apoio da Equipe de Informática, será
52 elaborado um “passo a passo” que vai ser divulgado para que todos tenham conhecimento da forma de acesso à
53 plataforma e para a votação. Seguiu-se ao item **4.3 – Devolutiva da Comissão de Orçamento sobre o PPA e reunião**
54 **com equipe da Secretaria de Finanças;** Óiter iniciou o assunto informando sobre a audiência pública, realizada no
55 dia 8 de julho, para apresentação do PPA e LDO, relatando que novas propostas deveriam ser enviadas até o dia 15 de
56 julho. Diante da ocasião, a gestão e a Comissão de Orçamento do conselho se reuniram, no dia 13, para discussão da
57 Proposta de PPA e LDO da Assistência Social. Mediante discussões e análise da proposta, a comissão definiu por
58 agendar uma reunião com a Secretaria de Finanças para propor melhorias no orçamento da Assistência Social. A
59 reunião aconteceu no dia 15 de julho, com a presença da Sra. Neide, a Secretária de Finanças, além do presidente
60 Óiter e os conselheiros Clóves e Silvia. Nessa reunião foi questionado a respeito da possibilidade de melhoria do
61 orçamento para a assistência social, e consequentemente no índice de reajuste nos pisos dos serviços, contudo, Neide,
62 apontou a negativa justificando que existe uma estimativa de índices, frutos de inflação, que estão muito baixos. Foi
63 perguntado para Neide sobre rever esse índice, caso hajam mudanças no cenário e a mesma informou que poderá ser
64 revisto caso isso ocorra. Clóves explicitou descontentamento referente a essa reunião na Secretaria de Finanças,
65 argumentando que é necessário haver disposição política para aumentar os recursos da assistência social e para isso a
66 gestão tem que se unir com as entidades para que exijam resposta para essa demanda, em conjunto. Destacou também
67 a importância do diálogo entre gestão e entidades parceiras. Tina comentou que essa situação do orçamento é
68 histórica, pois a Assistência nunca foi política prioritária, considerando ainda os retrocessos que estamos vivenciando,
69 promovido pelo governo federal e estadual, que não têm assumido suas responsabilidades. Jandira pediu a palavra e
70 afirmou que concorda parcialmente com a fala do Clóves, pontuando que por ter trabalhado muitos anos na DRADS,
71 tem uma visão geral da Região de Franca e acredita que o município investe na Assistência e principalmente nas
72 entidades, que executam grande parte dos serviços e são muito importantes. Contudo compreende que há o que

73 melhorar mas é necessário que haja maior apoio e participação do Estado e União. Clóves manifestou ainda que,
74 proporcionalmente, o investimento em Franca, pela alta demanda de serviço, é relativamente baixo e pontuou que a
75 SEDAS está com uma gestão competente, mas não havendo recurso as ações da Assistência ficam limitadas. Apontou
76 a necessidade de retomar as reuniões presenciais, visto que pela plataforma virtual as discussões ficam prejudicadas,
77 além da instabilidade da internet, em alguns momentos. Óiter concordou com a necessidade de discussões sobre o
78 assunto, uma vez que o município não dá conta sozinho, se não houver melhorias no cofinanciamento estadual e
79 federal; sugeriu que Clóves organize a reunião com a gestão para que o assunto seja debatido e apontou que o CMAS
80 já tem realizado algumas articulações buscando a melhoria do orçamento. Maria Amélia informou que essa
81 disparidade e redução de recursos pelos entes federados, já foi apontada em documentos pelo Conselho e que a luta
82 tem que continuar pois o Estado e a União precisam cumprir com suas responsabilidades. Sugeriu que uma das
83 estratégias deve ser a mobilização entre os municípios que vivenciam essa mesma realidade. Disse ainda que os dois
84 manifestos que tratam sobre cofinanciamento híbrido e a melhoria dos repasses, foram concluídos e obtiveram
85 diversas assinaturas, assim, a proposta é encaminhá-lo para diversos órgãos. Óiter pontuou a respeito das reuniões
86 presenciais, citada anteriormente, afirmando que se o colegiado concordar com essa possibilidade terá de pensar em
87 um espaço físico que seja adequado para tal realização, além de consultar todo o colegiado. Finalizado esse assunto,
88 passou-se ao item **4.4– Constituição de Comissão Eleitoral – Pleito eleitoral 2021 – 1/3 do colegiado;** após a
89 introdução ao assunto pelo presidente Óiter, Maria Amélia informou que o mandato de 1/3 (um terço) do colegiado na
90 representação de entidades e da Secretaria de Ação Social vence em setembro. Para organização da eleição é
91 necessário compor uma comissão eleitoral, sugerindo que os integrantes da Comissão de Legislação e Normas
92 participem desse trabalho. Lembrou que os conselheiros que tenham interesse em se candidatar não poderão compor
93 esse grupo de trabalho. Após discussões, a comissão ficou assim constituída: Laura, Óiter e Wagner, representando a
94 sociedade civil; e Cidinha, Jandira e um representante da Procuradoria, a ser consultado, representando o poder
95 público. Seguiu-se ao próximo item, **4.5 – Informação sobre a aprovação da Lei e constituição do Conselho**
96 **Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Franca;** Óiter iniciou o assunto e passou a palavra para Irene. A
97 conselheira informou que sugeriu a inserção desse item na pauta pois o CMAS vem acompanhando a questão da
98 Segurança Alimentar no município, bem como, tem apoiado a causa através de documentos e manifestos. Explicou
99 que após 3 (três) anos de articulação de diversos atores, no dia 20 de julho, foi aprovada na Câmara Municipal a Lei
100 de Segurança Alimentar. Disse que existia um conselho no município chamado Conselho de Combate ao Desperdício
101 e de Ação Contra a Fome e a Miséria, com os objetivos parecidos, então foi realizada a alteração na lei desse conselho
102 a fim de readequar para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Franca. Esse é
103 um marco com relação a essa política, porque a partir do Conselho serão iniciados os trabalhos dessa Política, sendo
104 esse o primeiro passo. Relatou que o Conselho de Segurança Alimentar é diferenciado, tem a composição de 2/3
105 (dois terços) de representação da sociedade civil e 1/3 (um terço) do Poder Público, sendo consultivo, não
106 deliberativo, com normativa e Lei Orgânica, diferentes e tem um sistema próprio chamado SISAN, que
107 posteriormente será aderido. A partir da semana que vem será iniciado os trabalhos para a composição deste conselho.
108 Irene pontuou ainda que debater esse assunto é imprescindível no contexto de pandemia, pois a fome no país, que já



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

109 era um problema a ser solucionado, agora está agravada; há órgãos internacionais que indicam que o Brasil entrou
110 novamente no mapa da fome e a tendência não é de melhoria, essa situação vai perdurar por alguns anos, portanto se
111 faz necessária a organização de políticas públicas. A Política da Segurança Alimentar tem articulação intersetorial,
112 trabalha junto com as áreas de desenvolvimento, saúde, educação, meio ambiente e outras. Assim, Irene convidou a
113 participação de todos no processo e finalizou sua fala. Jandira pontuou sobre essa ser mais uma ação da gestão da
114 SEDAS e Irene completou dizendo que a Lei Orgânica que rege esse conselho não prevê uma pasta específica para
115 assumir a Segurança Alimentar, há uma diversidade de políticas públicas que assumem, dependendo do município.
116 Tina manifestou seu reconhecimento e parabenizou o trabalho e dedicação da Conselheira Irene na participação e
117 contribuição para a implantação desse Conselho. Irene agradeceu e pontuou que essa política só teve seu início
118 através da Assistência, do Benefício Eventual, das solicitações de alimentos pelas famílias, gerando a compreensão de
119 que há a necessidade de uma política pública adequada e específica para atender a demanda. O foco no município de
120 Franca é a população em situação de vulnerabilidade social, do Cadastro Único, Bolsa Família, Centro Pop, CRAS,
121 CREAS e rede socioassistencial privada. Finalizados os assuntos da pauta, seguiu-se para os informes, item **5.1 –**
122 ***Portaria 210/2021 – nomeação de conselheiros em substituição***; Maria Amélia informou que essa Portaria formaliza
123 o que já havia sido discutido em reuniões anteriores a respeito da representação de usuários e trabalhadores no
124 CMAS. Item **5.2 – Recebimento de documento do Ministério Público - “Recomendação Administrativa – vacina**
125 ***trabalhadores do SUAS”- ciência do colegiado***; Maria Amélia informou que o documento reconhece a importância
126 da vacinação dos trabalhadores do SUAS, considerando que nessa Política os profissionais atuam diretamente nos
127 serviços públicos essenciais, recomendando que esses trabalhadores sejam incluídos no plano de vacinação, com prazo
128 estipulado de 20 (vinte) dias para comunicar resposta ao MP. Passou-se ao item **5.3 – Recebimento de documento**
129 ***“instrumento de Luta Coletiva”***; Maria Amélia apontou que esse foi o assunto comentado durante a reunião,
130 informando que esse documento já foi encaminhado anteriormente e estava apenas aguardando a conclusão das
131 assinaturas e conforme deliberação do colegiado, assim que estivesse pronto, seria feita ampla divulgação, e
132 encaminhado para diversos órgãos. A secretária executiva lembrou ainda que os assuntos tratados no documento,
133 sobre financiamento híbrido entre SUS e SUAS e repasse de cofinanciamento integral da União para o SUAS, devem
134 compor as propostas para deliberação da Conferência. Referente ao item **5.4 – Protocolo de Ofícios Conjuntos 01 e**
135 ***02.2021 (CMAS-CMS-CMPCD-COMUPI)***; Maria Amélia informou que foi realizado protocolo dos ofícios
136 conjuntos, que tratam sobre demanda reprimida de fraldas, e o documento foi socializado com o colegiado. Nada mais
137 havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos (10h30), tendo sido gravada para consulta
138 dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
139 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de confirmação de presença.